

CFESS Manifesta

52º Encontro Nacional Conjunto CFESS-CRESS

Campo Grande (MS), 4 de setembro 2025

Gestão Que Nossas Vozes Ecoem Vida-Liberdade (2023-2026)



www.cfess.org.br

NOSSA Democracia PULSA em CONJUNTO

‘**B**ora’ viver a vida com radicalidade democrática? Nosso desejo é que o cotidiano seja banhado de sensibilidade e compromisso ético-político profissional com radicalidade insurgente, aquela que faz pulsar a vida com sentido e liberdade para ser e viver o que somos e construir o presente e o futuro que almejamos. A radicalidade que nos impede de resvalar às profundezas do conformismo e do fatalismo histórico, tão imobilizantes. A radicalidade que nos lança como catapultas para frente e para cima, para o horizonte, e nos chama a construir o “mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”, conforme a precisa e magistral evocação atribuída à revolucionária Rosa Luxemburgo. Um mundo onde caibam todos os mundos – como ensinam os zapatistas – e não haja exploração de classe e opressões sobre nenhuma expressão da condição humana.

A radicalidade democrática é um chamamento à compreensão de que não existe “democracia pura”, que a democracia é sempre uma “democracia de classes”, como afirmava Lenin em “Democracia e Luta de Classes”. A democracia burguesa está cada vez mais esterilizada de qualquer compromisso político emancipatório nos marcos do capitalismo. A democracia realmente existente, especialmente nas últimas décadas, abandonou a promessa de modernidade, igualdade formal de direitos e liberdade liberal, forjadas na ideia de “progresso” reformista.

A crise estrutural do capital alavanca a ascensão de forças de extrema direita, que se alastram em busca do “tempo perdido” irrecuperável da rentabilidade e acumulação do pós-guerra. A “democracia” que sai de seus discursos e práticas políticas intensifica a desumanização, a barbárie, a violência, a exploração, as opressões, criminaliza as lutas democráti-

cas populares e colapsa a natureza com seus crimes ambientais. É a democracia da desigualdade, do paradoxo entre o desenvolvimento acelerado das tecnologias e seu uso em favor da desinformação, da precarização, da violência. A dominação burguesa age para confinar (e retroceder) a emancipação política – reconhecida por Marx como um avanço das lutas democráticas – aos porões do totalitarismo, do império dos mercados e das elites ultra neoliberais, com seus discursos vazios de igualdade e cidadania, que acionam os valores mais conservadores e reacionários para reproduzir o sistema capitalista, heteropatriarcal e racista e retroagir nas conquistas civilizatórias da humanidade.

A radicalidade democrática que nos move não se conforma nem se sujeita à democracia representativa burguesa, cada vez mais enclausurada em partidos e parlamentos descolados das necessidades e demandas da classe trabalhadora. A radicalidade pressupõe compreender a democracia como conquista, mas também como limite. Foram as lutas históricas da classe trabalhadora que nos permitiram conquistar os direitos sociais e políticos, fundamentais para satisfazer necessidades da classe trabalhadora, mas também indispensáveis à reprodução social do capitalismo. O antagonismo existente entre necessidades





»» do trabalho e rentabilidade do capital impõe limites intranponíveis no seio da democracia burguesa. O fortalecimento da democracia com radicalidade requer o impulso dos movimentos que se movem pela sua superação como processo histórico, ou, nos termos de Rosa Luxemburgo: “Os que desejarem o reforçamento da democracia devem desejar igualmente o reforçamento, e não o enfraquecimento, do movimento socialista, e que, renunciando aos esforços socialistas, renuncia-se tanto ao movimento operário quanto à própria democracia” (trecho do livro Reforma ou Revolução, da editora Expressão Popular). A radicalidade democrática, portanto, não renuncia ao socialismo, ao contrário, faz dela um movimento em sua defesa.

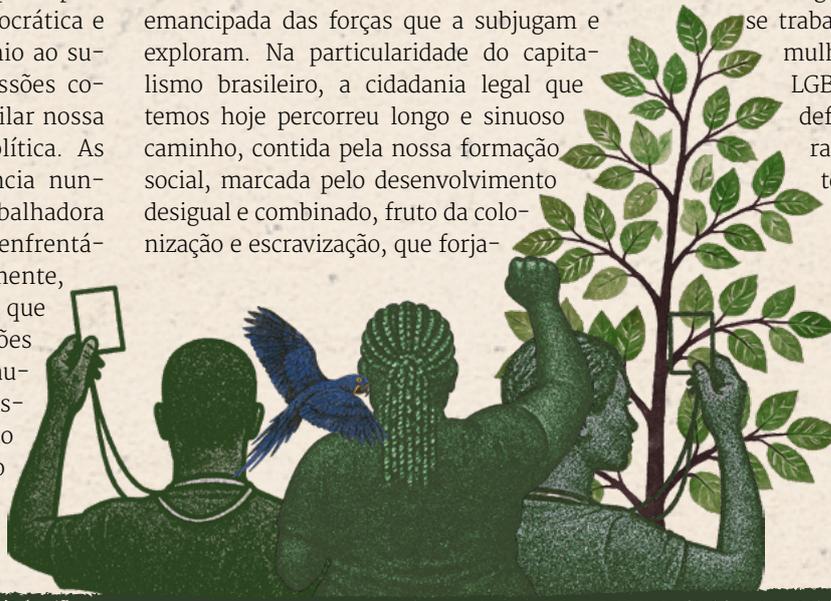
O sentido de radicalidade democrática como processo, que impõe fissuras nos muros da democracia burguesa, está incrustado nos princípios e valores do nosso projeto ético-político profissional e nos encoraja a lutar cotidianamente para construir a democracia popular e enfrentar o fatalismo que subestima a capacidade humana de transformar, social e estruturalmente, o mundo. São estes princípios que irrigam a radicalidade democrática e agem como um balão de oxigênio ao sufocamento imposto pelas opressões cotidianas que insistem em aniquilar nossa subjetividade e consciência política. As condições materiais de existência nunca foram favoráveis à classe trabalhadora na sociabilidade capitalista, e enfrentá-las exigiu, e exige, historicamente, construir formas de transição que nos desvencilhem das limitações da democracia burguesa e nos auxiliem a “agir como se fosse possível transformar radicalmente o mundo. E você tem que fazer isso o tempo todo”, como nos adverte Angela Davis.

Os princípios do Código de Ética do(a) Assistente Social soldam nossos desafios profissionais e políticos e sustentam nosso projeto ético-político profissional com radicalidade democrática, porque “somos assistentes sociais e nossas bandeiras pulsam liberdade”.

A cidadania possível no capitalismo corresponde ao reconhecimento legal de direitos civis, políticos e sociais pelo Estado na democracia burguesa, sendo, portanto, a cidadania burguesa. Resultado das revoluções burguesas, especialmente dos séculos XVIII e XIX, sua expansão progressiva, não linear e diferenciada, em cada nação, foi consequência da luta de classes. Nos limites do capitalismo, se apresenta como possibilidade de garantir igualdade formal entre cidadãos e cidadãs. A história mostrou que essa pretensa igualdade nunca foi alcançada na sociedade de classes. Em sua análise crítica aos limites dos direitos no capitalismo, Marx explica que a cidadania burguesa garante apenas a emancipação política, que expressa a relação entre o Estado político republicano, ou Estado burguês, e os direitos de homens e mulheres reconhecidos como “sujeitos de direitos”. Mas a emancipação política não liberta a classe trabalhadora das relações de subserviência aos ditames do capital e não é capaz de instituir a emancipação humana, que só será alcançada com a superação do capitalismo, quando a classe trabalhadora será verdadeiramente emancipada das forças que a subjugam e exploram. Na particularidade do capitalismo brasileiro, a cidadania legal que temos hoje percorreu longo e sinuoso caminho, contida pela nossa formação social, marcada pelo desenvolvimento desigual e combinado, fruto da colonização e escravização, que forja-

ram um sistema heteropatriarcal racista. A cidadania burguesa conquistada democraticamente na Constituição Federal de 1988 foi ceifada pelas sucessivas contrarreformas destruidoras de direitos e o que temos é uma cidadania que reproduz cotidianamente desigualdades de classe, raça/etnia, gênero, orientação sexual. A precarização impede trabalhadores e trabalhadoras de acessarem direitos trabalhistas. O sexismo impede mulheres de acessarem os mesmos direitos, salários e condições de trabalho garantidos aos homens. O racismo impede pessoas negras de acessarem os mesmos direitos trabalhistas e previdenciários de pessoas brancas. A LGBTQIA+fobia impede pessoas lésbicas, gays, transexuais/corpos dissidentes de acessarem diversos direitos assegurados às pessoas cisgêneros, especialmente o direito a viver em segurança e sem preconceito e violência. A exploração e destruição das florestas e das águas expropriam o direito à terra e à vida dos povos originários. A aporofobia cria óbices ao acesso da classe trabalhadora urbana aos direitos à cidade, com moradia digna, água potável, segurança, educação, cultura e que deveriam ser componentes indissociáveis da cidadania. O racismo que impregna a violência policial contra a juventude negra destrói seus direitos civis de circular livremente sem medo. Qual cidadania vivemos, se a desigualdade grita sem fazer eco e golpeia a maioria da clas-

se trabalhadora, especialmente, mulheres, pessoas negras, LGBTQIA+? A cidadania que defendemos precisa ser radicalmente insurgente e contrária a todas as formas de exploração e opressão. A radicalidade democrática que pulsa em nossas bandeiras de luta defende forçar os limites da emancipação política no capitalismo e lutar por uma cidadania substantiva, que assegure igualdade na diversidade.



Gestão 2023-2026
Que nossas vozes ecoem vida-liberdade

Presidenta: Kelly Rodrigues Melatti (SP)
Vice-presidenta: Marciângela Gonçalves (AL)
1ª Secretária: Emilly Marques (ES)
2ª Secretária: Alana Barbosa Rodrigues (TO)
1º Tesoureiro: Agnaldo Engel Knevez (RS)
2º Tesoureira: Larissa Gentil Lima (MT)
CONSELHO FISCAL
Jussara de Lima Ferreira (RJ)
Angelita Rangel Ferreira (MG)
Elaine Amazonas Alves dos Santos (BA)

SUPLENTEs
Ubiratan de Souza Dias Junior (SP)
Mirla Cisne Álvaro (RN)
Karen Albin (PR)
Tales Willyan Fornazier Moreira (MG)
Adriana Soares Dutra (RJ)
Iara Vanessa Fraga de Santana (CE)
Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)

CFESS MANIFESTA
52º Encontro Nacional CFESS-CRESS - Nossa democracia pulsa liberdade
Conteúdo (aprovado pela diretoria): Ivanete Boschetti (o conteúdo deste CFESS manifesta estará presente na Agenda Assistente Social 2026)
Organização: Comunicação CFESS
Arte e diagramação: Rafael Werkema (assessor de comunicação)
Revisão: Diogo Adjuto (jornalista)